

1  
2 **ATA DA XXI REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**  
3 **CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CNRH**  
4

5 **Abertura.** Às dez horas e quinze minutos do dia dez de dezembro de dois mil e sete, no Auditório  
6 da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, em Brasília-DF, com a constituição da  
7 mesa pelo Ministro Interino do Ministério do Meio Ambiente (MMA) João Paulo Ribeiro  
8 Capobianco, pelo Sr. Eustáquio Luciano Zica, Secretário Executivo do CNRH, pelo Conselheiro  
9 Jairo Lousa, representante da CNA e pelo Sr. Márley Caetano de Mendonça, Gerente de Apoio ao  
10 CNRH da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU) do MMA, que apoiaria a  
11 condução dos trabalhos, instalou-se a XXI Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de  
12 Recursos Hídricos. O **Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)** saudou os presentes e declarou  
13 aberta a sessão. Em seguida, passou a palavra ao **Conselheiro Jairo Lousa (Irrigantes)** que em  
14 nome da anfitriã CNA, cumprimentou os presentes e agradeceu pela realização dessa reunião do  
15 CNRH naquela Confederação. Demonstrou que estava surpreso com a representação, mas que  
16 gostaria que em seu lugar estivesse, de fato, o seu presidente Dr. Fábio Meireles. Comentou que há  
17 anos tem sugerido que as reuniões plenárias do CNRH fossem itinerantes. Sobre este aspecto,  
18 ressaltou a importância das reuniões serem realizadas na casa dos usuários. Sugeriu que também  
19 ocorressem reuniões nos estados, como forma de divulgação e popularização das ações do CNRH.  
20 Concluiu, desejando uma boa reunião e afirmou ser um produtor que representa os demais com a  
21 sua própria alma. O **Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)** agradeceu as palavras do  
22 conselheiro, dizendo que a CNA estava muito bem representada na pessoa do Sr. Jairo Lousa. Em  
23 seguida, passou a palavra ao **Ministro Interino do MMA, Sr. João Paulo Ribeiro Capobianco,**  
24 que inicialmente saudou a todos e explicou a ausência da Ministra Marina Silva que estaria em Bali  
25 na Indonésia, participando da Reunião Interministerial na Conferência das partes para a Convenção  
26 de Mudanças Climáticas. Em seguida, fez um agradecimento especial à Confederação da  
27 Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, que permitiu prosseguir com o projeto do MMA de realizar  
28 reuniões plenárias itinerantes, sendo esta uma estratégia que proporcionaria às instituições que  
29 fazem parte do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos a oportunidade de  
30 oferecer aos seus funcionários e colaboradores maior proximidade com os assuntos atuais da gestão  
31 de recursos hídricos do Brasil. Disse que dessa forma, estaria sendo exercitada a política da  
32 transversalidade, bem como a de integração de Sistemas, ferramentas necessárias para incrementar  
33 o diálogo com os diferentes setores do Governo. Comentou que a vulnerabilidade que incide sobre  
34 o nosso Meio Ambiente nos exigiria respostas rápidas e eficientes, possibilitadas pela sintonia.  
35 Informou que o CNRH estaria analisando e colocando em prática a integração de Sistemas,  
36 destacando a resolução que estabeleceu diretrizes de articulação dos procedimentos para obtenção  
37 da outorga de direito de uso de recursos hídricos com os procedimentos de licenciamento ambiental  
38 e a resolução aprovada na última reunião que determina as diretrizes gerais para a integração entre a  
39 gestão de recursos hídricos e a gestão de águas minerais, termais, gasosas, potáveis de mesa ou  
40 destinadas a fins balneários e ainda para, 2008, entre outros, estaria a aprovação da resolução que  
41 trataria das diretrizes adicionais que devem ser incluídas nos planos de recursos hídricos de regiões  
42 que contenham trechos da zona costeira. Disse que seriam propostas corajosas para uma máquina  
43 administrativa engessada por muito tempo, mas necessárias ao correto gerenciamento de bens vitais  
44 para a sobrevivência de forma saudável desse planeta. Anunciou a criação, por portaria, da  
45 comissão permanente de integração das agendas do CNRH e CONAMA que objetiva a sinergia  
46 entre os dois Conselhos. Com relação à pauta daquele dia, destacou a possível aprovação do  
47 detalhamento de sete programas e trinta subprogramas do Plano Nacional de Recursos Hídricos,  
48 documento este que será lembrado como referência de metodologia de construção participativa, que  
49 ofereceu potencial progresso à nossa sociedade, e sempre citado como modelo de debate público  
50 para formulação de políticas. Solicitou apoio de todos para a aprovação do detalhamento proposto a  
51 fim de dar consistência a sua implementação. Dando continuidade à reunião, o **Sr. Eustáquio**  
52 **Luciano Zica (SRHU/MMA)** agradeceu ao Sr. João Paulo Ribeiro Capobianco e ao Sr. Jairo Lousa

53 pela presença e pelas palavras. Em seguida, foi desfeita a mesa e convidado o **Sr. Márley Caetano**  
54 **de Mendonça, Gerente de Apoio ao CNRH** para auxiliar nos trabalhos. Dando continuidade, o  
55 **Secretário Executivo do CNRH** enalteceu a importância da presença de todos os conselheiros até  
56 o final dos trabalhos a serem realizados nos próximos dois dias, com possibilidades de serem  
57 concluídos ainda no primeiro dia da reunião. Comentou rapidamente sobre cada um dos itens de  
58 pauta que justificaram a convocação da reunião e informou sobre o bom trabalho executado, quando  
59 do detalhamento do PNRH, com a realização de diversas reuniões setoriais e discussões abertas que  
60 sinalizaram a possibilidade de aprovação de todos os programas e subprogramas detalhados.  
61 Comentou sobre a realização do Encontro Nacional de Colegiados Ambientais - ENCA que reuniu,  
62 em outubro, em Brasília, cerca de 500 representantes de colegiados ambientais nacionais,  
63 municipais e estaduais, além de comitês de bacia hidrográfica, os conselhos setoriais de recursos  
64 hídricos. Disse que o evento culminou com a proposta de formação da Rede Nacional de  
65 Colegiados Ambientais (Renca) para promover o intercâmbio permanente entre esses colegiados.  
66 Informou que foram encaminhados pelos Comitês dos rios Piranhas-Açu e Paranaíba, os seus  
67 relatórios de atividades, conforme determinado pelas Resoluções CNRH n.ºs 72, de 14 de junho de  
68 2007, e 57, de 30 de janeiro de 2006. Ressaltou que os relatórios permitiriam o acompanhamento do  
69 andamento da implantação dos comitês em questão. Com respeito aos comitês CEIVAP e PCJ, que  
70 estariam estudando mecanismos legais para a antecipação dos recebíveis decorrentes da cobrança,  
71 cumprimentou a todos os envolvidos, inclusive a SRHU e ANA pelo esforço que já conta com um  
72 grupo de trabalho constituído na CEF, estudando as possibilidades para a agilização e concretização  
73 desta idéia. Após verificação do quorum regimental, deu início à reunião, informando que a pausa  
74 para o almoço aconteceria entre às 12h30 e 14h00. **Informes:** Comentou sobre o encaminhamento a  
75 todos, quando da convocação da reunião, do relatório semestral do grupo técnico de  
76 Acompanhamento dos Recursos da Cobrança do CNRH - GTAAC, conforme determinado pela  
77 Resolução CNRH nº 70, de 19 de março de 2007. Lembrou que esse grupo técnico permanente do  
78 CNRH foi criado para acompanhar a aplicação dos recursos da cobrança oriundos do setor  
79 hidrelétrico, em conformidade com as prioridades estabelecidas pelo CNRH e para o  
80 acompanhamento da elaboração e aprovação dos Planos Plurianuais e Leis Orçamentárias Anuais.  
81 Todas essas informações poderiam ser observadas no documento encaminhado que também  
82 mostraria a arrecadação total prevista para o ano 2008, com a cobrança pelo uso dos recursos  
83 hídricos para a geração de energia hidrelétrica e o percentual alocado como Reserva de  
84 Contingência pelo Governo Federal. Nesse momento, o **Sr. Márley Caetano de Mendonça**  
85 **(SRHU/MMA)** realizou a leitura dos informes e procedimentos regimentais da reunião. O **Sr.**  
86 **Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)** prosseguiu a reunião dando posse e saudando os novos  
87 membros do CNRH: o Ministério das Relações Exteriores indicou o Sr. Fernando Estellita Lins de  
88 Salvo Coimbra como Conselheiro Titular; o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio  
89 Exterior indicou o Sr. Francelino Lamy de Miranda Grando como Conselheiro Titular; o Ministério  
90 de Ciência e Tecnologia indicou o Sr. Luiz Antônio Barreto de Castro como Conselheiro Titular e o  
91 Sra. Darly Henriques da Silva como Conselheiro Suplente; o segmento das Indústrias indicou o Sr.  
92 José Roberto Centeno Cordeiro como Conselheiro Suplente para a vaga do Instituto Brasileiro de  
93 Mineração-IBRAM; o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo indicou a  
94 Sra. Rosa Mancini como conselheira titular. Ao agradecer àqueles conselheiros que deixavam de  
95 exercer a sua função, o Secretário Eustáquio Luciano Zica passou a palavra ao **Sr. Manoel**  
96 **Imbiriba Júnior (CERH/PA)** que lembrou estar também, naquele dia, assumindo suas funções de  
97 Conselheiro. Dando continuidade à reunião, o **Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)**  
98 consultou se haveria alguma matéria de urgência ou alguma matéria a ser retirada de pauta. O **Sr.**  
99 **Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** informou que haviam dois requerimentos de  
100 urgência, subscritos cada um por 15 conselheiros, nos termos do Regimento Interno. O primeiro  
101 tratando de uma proposta de resolução que prorrogaria o prazo do mandato da Diretoria Provisória  
102 do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas-Açu, solicitado pela Diretoria Provisória do  
103 Comitê. O segundo tratando de uma proposta de resolução que prorrogaria o prazo do mandato da  
104 Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, também solicitado pela

105 Diretoria Provisória do Comitê. Após consulta ao plenário, os dois requerimentos de urgência foram  
106 acatados por unanimidade, sendo assim, o **Sr. Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)**  
107 realizou, então, a leitura da nova Ordem do dia: ABERTURA-1. Aprovação da Ata da XVIII  
108 Reunião Ordinária do CNRH. 2-Deliberação sobre os requerimentos de urgência: 2.1 – Deliberação  
109 sobre a proposta de resolução que “prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê  
110 da Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas-Açu”. 2.2 - Deliberação sobre a proposta de resolução que  
111 “prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio  
112 Paranaíba”. 3 - Apresentação de parecer relacionado aos pedidos de vista da proposta de resolução  
113 que “dispõe sobre a divulgação de informações sobre os Comitês de Bacia Hidrográfica e suas  
114 respectivas Agências de Água ou entidades delegatárias em páginas específicas da rede mundial de  
115 computadores”, e das propostas de moção que “recomendam a divulgação de informações sobre os  
116 Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, em páginas específicas da rede mundial de  
117 computadores” e que “recomenda a divulgação de informações sobre as representações nos órgãos  
118 colegiados do SINGREH, em páginas específicas da rede mundial de computadores, por parte dos  
119 segmentos dos Usuários de Recursos Hídricos e das Organizações Cíveis de Recursos Hídricos” -  
120 pela Conselheira Patrícia Boson, representante do segmento Usuários de Recursos Hídricos –  
121 Indústria. 4 - Deliberação sobre propostas de Resolução que: 4.1 - Aprova o Programa de Trabalho  
122 e a respectiva proposta orçamentária da Secretaria Executiva do CNRH para o exercício de 2008 -  
123 *encaminhada pela CT de Assuntos Legais e Institucionais*; 4.2 – Aprova o Detalhamento Operativo  
124 de Programas do Plano Nacional de Recursos Hídricos - *encaminhada pela CT do Plano Nacional*  
125 *de Recursos Hídricos*; 4.3 – Prorroga o prazo da delegação de competência ao Consórcio  
126 Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá para o exercício de  
127 funções e atividades inerentes à Agência de Água das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba,  
128 Capivari e Jundiá - *encaminhada pela CT de Assuntos Legais e Institucionais*; 4.4 – Aprova a  
129 revisão dos mecanismos e ratifica os valores relativos à cobrança pelo uso de recursos hídricos de  
130 domínio da União da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - *encaminhada*  
131 *pela CT de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos*; 4.5 - Estabelece a composição da Câmara  
132 Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona  
133 Costeira – CTCOST - *encaminhada pela CT de Assuntos Legais e Institucionais*; 5 -  
134 Apresentações: 5.1 - “O Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul” – Sr.  
135 Carlos Otaviano Brenner de Moraes, Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio  
136 Grande do Sul; 5.2 – Apresentação dos relatórios referentes as atividades de implementação dos  
137 Comitês: Paranaíba (Resolução CNRH nº 57, de 30 de janeiro de 2006) e Piranhas-Açu (Resolução  
138 CNRH n.º 72, de 14 de junho de 2007). Informes e encerramento. O **Sr. Eustáquio Luciano Zica**  
139 **(SRHU/MMA)** submeteu ao Plenário a nova Ordem do Dia, a qual foi aprovada. Na sequência,  
140 passou a palavra ao **Conselheiro João Climaco (ONGs)** que disse não estar concordando com os  
141 encaminhamentos sugeridos. Registrou o esforço feito por ele durante toda a semana para que a  
142 Secretaria Executiva do CNRH ficasse atenta à conjuntura política que estava acontecendo no Vale  
143 do Rio São Francisco onde, devido à gravidade do ato extremo do clérigo, derivado da  
144 inobservância dos princípios da responsabilidade compartilhada e multilateral sobre decisões que  
145 envolveriam a água como bem público e de valor além do econômico para as populações do rio São  
146 Francisco, graves problemas poderiam advir. Alertou para importância do CNRH ser ator  
147 preponderante na busca de soluções para o problema, tendo em vista seu caráter multi setorial e sua  
148 responsabilidade legal para resolução dos problemas que atingiriam a gestão e governança das  
149 águas naquela bacia, expressados pelo ato extremo de um cidadão de grande representação  
150 sóciopolítica da região da bacia do rio São Francisco. Justificou que, de fato, não conseguiu as  
151 assinaturas para que, regimentalmente, ele introduzisse o requerimento de urgência, mas destacou  
152 que, infelizmente, a insensibilidade do Secretário Executivo do CNRH foi suficiente para que o  
153 assunto não pudesse ser discutido em regime de urgência. Disse que estaria cumprindo sua missão,  
154 não sendo omisso e solicitava manifestação do plenário do CNRH frente àquela conjuntura relatada  
155 por ele. O **Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)** ressaltou que, muitas vezes, o desejo de  
156 muitos deve declinar a uma questão regimental, como a do momento, quando não foi possível

157 acatar o requerimento de urgência que estava sendo proposto. Sugeriu voltar ao assunto a que se  
158 referiu o conselheiro, tão logo fosse cumprida a ordem do dia. Ressaltou que não aceitava a  
159 manifestação do Conselheiro a respeito de sua insensibilidade, o que ocorreu, voltou a enfatizar, foi  
160 o respeito e cumprimento de um preceito regimental que deve ser cumprido. Em seguida, retomou à  
161 ordem do dia, passando imediatamente para o **item 1 - Aprovação da Ata da XVIII Reunião**  
162 **Ordinária do CNRH**. A **Conselheira Patrícia Boson (Indústrias)** comunicou que encaminhou  
163 anteriormente suas emendas à ata em apreciação e esperava que as mesmas tivessem sido acatadas.  
164 Aproveitou para comentar a respeito do relatório do GTAAC, encaminhado para todos com  
165 antecedência e que infelizmente, não seria naquela oportunidade analisado e discutido. Registrou  
166 que a reserva de contingência, mencionada no relatório que ocorre anualmente sobre os recursos do  
167 setor hidrelétrico, um dos parceiros usuários da água, estaria colocando em dúvida a confiança do  
168 sistema e dos instrumentos de gestão. Recomendou aos conselheiros, que envidassem esforços no  
169 sentido de sensibilizar o Ministério do Meio Ambiente para que preservasse a aplicação dos  
170 recursos financeiros oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos daquele setor, conforme  
171 determinação legal ditada pelo inciso II do art. 28 da Lei nº 9.984, de 2000. O **Sr. Márley Caetano**  
172 **de Mendonça (SRHU/MMA)** fez a leitura das emendas encaminhadas pela conselheira, que foram  
173 aceitas. Em seguida, o Secretário Executivo do CNRH colocou a matéria em votação e após  
174 consulta, a ata foi aprovada por unanimidade. **Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)**  
175 prosseguiu a reunião, passando para o item 2 da pauta que tratava das deliberações sobre os  
176 requerimentos de urgência: **2.1- Deliberação sobre a proposta de resolução que “Prorroga o prazo**  
177 **do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas-Açu”**. O  
178 **Secretário Luciano Zica (SRHU/MMA)** solicitou a presença do representante da diretoria  
179 provisória do Comitê do Rio Piranhas-Açu, antes porém, solicitou que, ao mesmo tempo que se  
180 fizesse a justificativa para o pedido de prorrogação, fosse feita também a apresentação do relatório  
181 referente às atividades de implementação do comitê, conforme Resoluções CNRH nº 57, de 2007.  
182 Coube ao **Sr. Félix Antônio Lins Fialho, Coordenador de Gestão da SEMARH – RN**, em  
183 substituição ao Presidente da Diretoria Provisória, Secretário Iberê Paiva Ferreira de Souza,  
184 apresentar as justificativas e o relatório, antecipando o item 5.2 da pauta. Iniciou justificando a  
185 ausência do Secretário por motivos de saúde e aproveitou para agradecer o apoio que vem  
186 recebendo da ANA e da SRHU durante o processo de implementação do Comitê. Como justificativa  
187 inicial, foi dito que as mudanças ocorridas no Governo do Estado foram responsáveis pela lentidão  
188 inicial no processo de implementação. Lembrou que a atual Diretoria Provisória foi nomeada em  
189 dezembro de 2006 e somente entre os meses de abril e agosto de 2007, foram efetivamente  
190 iniciados os trabalhos. Em termos cronológicos, citou que em 14/09/07 aconteceu a 1ª reunião da  
191 Diretoria Provisória e em 10 e 11/10/07 foi realizada a oficina de planejamento. Uma terceira  
192 reunião teria acontecido no dia 13/11/07, onde foram estabelecidas as bases para a elaboração de  
193 Termos de Referência para contratação da empresa que se responsabilizaria pelo processo de  
194 mobilização e produção do material de divulgação. Para tanto, o processo licitatório seria concluído  
195 em março de 2008, a partir de recursos do Pró-Água Nacional. Como resultados já obtidos,  
196 informou que foi definida a composição do futuro comitê, com 40 membros, sendo 13 do poder  
197 público, 16 do segmento usuários e 11 da sociedade civil. Concluiu, afirmando que, com a  
198 prorrogação solicitada a partir do dia 01/01/2008 até 31/12/08, haveria tempo suficiente para a  
199 conclusão do processo de implementação do Comitê do rio Piranhas-Açu, com posse dos seus  
200 membros, eleição da primeira Diretoria e aprovação do seu Regimento Interno. Finalizada a  
201 apresentação, o **Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)** colocou a matéria em discussão. O  
202 **Conselheiro João Climaco - (ONGs)** solicitou espaço para fazer um registro que refletiria o olhar  
203 da sociedade civil do estado do Rio Grande do Norte. Comunicou que as informações que tem  
204 recebido da sociedade civil do Estado não refletiriam a realidade que foi dita. Lembrou que fez  
205 solicitação anterior aos representantes do Governo dos Estados à época, relacionadas ao empréstimo  
206 que estava sendo pleiteado junto ao Banco Mundial para dinamização do sistema de gestão dos  
207 recursos hídricos do Estado. Na ocasião, pediu vistas a uma moção de apoio àquela iniciativa, mas  
208 foi convencido que deveria recuar, porque as informações solicitadas seriam prontamente

209 fornecidas, o que não ocorreu. Diante de tudo, não podia apoiar o pleito de prorrogação solicitada e  
210 pedia vista ao processo. O **Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)** colocou o pedido de vista  
211 em votação, conforme preconiza regimento interno. O pedido de vista foi negado pelo plenário. Por  
212 não haver mais interessados em discutir a matéria, a proposta de resolução seguiu para votação e foi  
213 aprovada, com uma abstenção. Em seguida, o **Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)** passou  
214 para o *item 2.2 – Deliberação sobre a proposta de resolução que “Prorroga o prazo do mandato*  
215 *da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba”*. Para apresentar a  
216 matéria e o relatório de atividades de implementação do comitê, item 5.2 da pauta, como  
217 anteriormente foi decidido, foi chamado o **Sr. José de Paula Moraes Filho, presidente da**  
218 **Diretoria Provisória do Comitê do Rio Paranaíba** que após cumprimentos, agradeceu a todos  
219 pelo apoio para que o processo de implementação do comitê avançasse, em especial à Diretoria da  
220 ANA. Em seguida, apresentou os dados gerais sobre a bacia, com ênfase na estratégia de  
221 mobilização para a criação do comitê. Em termos de usos consuntivos da água, foi dito que na bacia  
222 30% seria para o abastecimento urbano, 48% para a irrigação, 8% para o uso industrial e 13% para a  
223 pecuária. Comentou sobre a existência de conflitos pelo uso da água na bacia, como a insuficiência  
224 hídrica para abastecimento humano, a deterioração da qualidade das águas e uso da água entre  
225 irrigantes, e entre estes e o setor hidrelétrico. Rememorou o Decreto de criação do comitê de  
226 16/07/2002 e o prazo de instalação que deveria ocorrer até 31/12/2007. Informou que foram  
227 necessárias 4 prorrogações, sendo a última pela Resolução CNRH nº 57, de 2006. Disse que em  
228 agosto de 2007 ocorreu a mudança do Presidente Interino do Comitê, assumindo ele próprio esta  
229 responsabilidade e que, em outubro do mesmo ano, foi realizada uma reunião do grupo de apoio à  
230 diretoria provisória, na qual foi rediscutido o regimento interno e as normas do futuro processo  
231 eleitoral. Mencionou que outras reuniões ocorreram, como no dia 6/11 e nos dias 7 e 8/11 em  
232 Araguari – MG, onde aconteceu a Oficina de Capacitação para Mobilizadores e Coordenadores que  
233 atuariam na bacia até o processo eleitoral. Por fim, apresentou um cronograma contendo todas as  
234 atividades que seriam realizadas no período de dezembro de 2007 até junho de 2008, alcançando a  
235 instalação definitiva do comitê, com posse e eleição da nova diretoria e a aprovação do regimento  
236 interno. Em seguida, o **Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)** colocou a matéria em  
237 discussão. O **Sr. Carlos Alencastre (Comitês)** disse que apoiou e subscreveu o requerimento de  
238 urgência, mas que era ruim para o sistema toda esta indefinição iniciada em 2002 e esperava não  
239 haver necessidade de um novo pedido de prorrogação. A **Conselheira Patrícia Boson (Indústrias)**  
240 mencionou que suas colocações eram idênticas à aquelas feitas pelo Sr. Carlos Alencastre, mesmo  
241 assim, pedia maiores explicações ao Sr. José Machado (ANA), também responsável pelo processo  
242 de implementação de comitês. O **Conselheiro João Climaco (ONGs)** apoiou os que antecederam e  
243 enfatizou que enquanto não ocorressem acordos entre as elites da bacia, os avanços no processo de  
244 criação de comitês não aconteceriam e que à época da criação do comitê, a sociedade civil que  
245 pretendia liderar o processo de implementação do comitê foi forçada a abdicar desta função. O  
246 **Conselheiro José Machado (ANA)** explicou que se sentia constrangido diante de uma nova  
247 necessidade de prorrogação. Lembrou que, em outra oportunidade, disse que não haveria  
248 maturidade suficiente das representações para avançar no processo de implementação do comitê e  
249 que havia alertado sobre a complexidade que existia na criação de comitês de forma sustentável, por  
250 isso pedia muita cautela no exame de matérias para criação de novos comitês. Sobre a bacia do rio  
251 Paranaíba, falou sobre a existência de uma massa crítica com cumplicidade, harmonia e  
252 convergência, após amplo processo de mobilização e surgimento de novas lideranças, como a do Sr.  
253 José de Paula. Admitiu que agora haveria condições para a instalação do comitê, que aconteceria até  
254 o final do mês de maio de 2008. O **Conselheiro João Climaco (ONGs)** recomendou que o  
255 processo de mobilização na bacia fosse acompanhado pela CTEM. O **Conselheiro Jairo Lousa**  
256 **(Irrigantes)** lembrou que foi favorável a aprovação da criação do comitê, porque havia uma grande  
257 mobilização acontecendo na bacia, mas depois de 4 prorrogações ficou preocupado. Afirmou que as  
258 coisas não seriam fáceis, porque o motivo para a criação de um comitê seria a existência de  
259 conflitos. Reportando-se ao PNRH, destacou a complexidade para a implementação do sistema e da  
260 política de recursos hídricos, da mesma forma, a implementação de comitês. O **Sr. José de Paula**

261 **Moraes Filho, presidente da Diretoria Provisória do Comitê do Rio Paranaíba**, lembrou que  
262 todos teriam recebido o relatório e recomendou sua leitura com calma, para que, de fato, todos  
263 pudessem entender o que estaria se passando na bacia. Comentou sobre recente reunião, realizada  
264 com representantes do poder público municipal, na qual aconteceu uma manifestação favorável para  
265 a conclusão da instalação do comitê, com apresentação de interesse por parte de alguns para assumir  
266 a presidência do novo colegiado. Concluiu, demonstrando seu otimismo com a finalização do  
267 processo de instalação do comitê. Finalizada a discussão, o **Sr. Eustáquio Luciano Zica**  
268 **(SRHU/MMA)** colocou em votação a proposta de resolução que foi aprovada pelos presentes com  
269 uma abstenção. O **Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)** deu continuidade à reunião,  
270 abordando o *item 3.1 da ordem do dia: Apresentação de parecer relacionado aos pedidos de vista*  
271 *da proposta de resolução que “dispõe sobre a divulgação de informações sobre os Comitês de*  
272 *Bacia Hidrográfica e suas respectivas Agências de Água ou entidades delegatárias em páginas*  
273 *específicas da rede mundial de computadores”, e das propostas de moção que “recomenda a*  
274 *divulgação de informações sobre os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos em páginas*  
275 *específicas da rede mundial de computadores” e que “recomenda a divulgação de informações*  
276 *sobre as representações nos órgãos colegiados do SINGREH, em páginas específicas da rede*  
277 *mundial de computadores, por parte dos segmentos dos Usuários de Recursos Hídricos e das*  
278 *Organizações Cívicas de Recursos Hídricos”*. Para apresentar a matéria, foi convidada a **Conselheira**  
279 **Patrícia Boson (Indústrias)**. Inicialmente, a conselheira explicou os antecedentes que a levaram a  
280 pedir vista do processo de aprovação das duas moções e, uma resolução, todas as deliberações  
281 tratando basicamente do mesmo tema. Disse que estaria apresentando uma única proposta de moção  
282 em substituição às demais deliberações, com solicitações de informações substancialmente mais  
283 simples e que ainda recomendava que as informações viessem a ser encaminhadas aos diversos  
284 sistemas já existentes como SIAPREH da SRHU, os sistemas estaduais e o SNIRH gerenciado pela  
285 ANA. Na sequência, o **Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)** colocou a matéria em  
286 discussão e o primeiro a fazer uso da palavra foi o **Conselheiro Demetrios Christofidis (MEC)**  
287 que lembrou sobre o que foi proposto à época pela CTEM. Pediu o retorno da matéria à CTEM ou  
288 que, pelo menos, fosse aprovada a proposta de resolução, inicialmente apresentada à CTEM pela  
289 Conselheira Patrícia Boson. O **Conselheiro João Climaco (ONGs)** apontou que a internet não seria  
290 a melhor forma para a divulgação dos avanços obtidos na implementação da política de recursos  
291 hídricos e que seria favorável o retorno da matéria à CTEM, com a inclusão no texto de outros  
292 canais de comunicação inclusive impressos, justificado pela exclusão digital. O **Conselheiro Dalto**  
293 **Favero (Consórcios)** parabenizou a Conselheira Patrícia Boson pela fusão das três propostas de  
294 deliberação, por isso apoiaria a proposta de moção apresentada. A **Conselheira Patrícia Boson**  
295 **(Indústrias)** admitiu que, apresentou na CTEM uma proposta de resolução, mas após consulta à  
296 Consultora Jurídica da CNI, Sra. Maria Luiza Werneck, entendeu ser inconstitucional tal proposta,  
297 por isso recuou, apresentando uma proposta de moção, fundamentada nas limitações do CNRH em  
298 conferir atribuições a outros órgãos, especialmente quando implicasse em custos e obrigações (cfr.  
299 art.61 § 1º, II; art.84,VI, e art.88, da CF, alterados pela EC 32/01). O **Sr. Eustáquio Luciano Zica**  
300 **(SRHU/MMA)** dando continuidade, consultou o plenário sobre as duas alternativas existentes,  
301 sendo a primeira de retorno da matéria à CTEM e a segunda a votação da proposta de moção. Com  
302 três votos contrários, a opção de dar continuidade no encaminhamento da proposta de moção  
303 prevaleceu, em seguida, foi colocada em discussão o texto da proposta. O **Conselheiro João**  
304 **Climaco (ONGs)** voltou a ponderar sobre a existência da exclusão digital, por isso sugeriu agregar  
305 ao texto a seguinte expressão “sem prejuízos às demais formas de comunicação”. Por oportuno, o  
306 **Conselheiro Júlio Rocha (CERH/BA)** comentou que em recentes trabalhos semelhantes, ocorridos  
307 no seu estado, também foram incluídas outras formas de comunicação, além dos tradicionais sítios  
308 eletrônicos. A **Conselheira Patrícia Boson (Indústrias)** sugeriu como encaminhamento  
309 acrescentar no subitem “d” do item I da proposta de moção a expressão recomendada pelo  
310 Conselheiro João Climaco. O **Conselheiro Demétrios Christofidis (MEC)** sugeriu trocar, no  
311 subitem “c” do item I, as palavras “programa de comunicação” por “sistema de comunicação”.  
312 Encerradas as discussões, o **Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)** colocou em votação a

313 proposta de moção com as emendas sugeridas. A moção foi aprovada com apenas um voto contrário  
314 do Conselheiro Demétrios Christofidis (MEC). Prosseguindo, iniciaram-se as discussões sobre o  
315 *item 4.1, deliberação sobre proposta de Resolução que “Aprova o Programa de Trabalho e a*  
316 *respectiva proposta orçamentária da Secretaria Executiva do CNRH, para o exercício de 2008” -*  
317 *encaminhada pela CT de Assuntos Legais e Institucionais.* Como Diretor da SRHU, o  
318 **Conselheiro João Bosco Senra (SRHU/MMA)** explicou que a demanda em termos de  
319 apresentação de um Plano de Trabalho da Secretaria Executiva do CNRH, e a necessidade de  
320 complementação da proposta de resolução aconteceu na última plenária. Enfatizou que se tratava de  
321 um produto da Secretária Executiva do CNRH e não um Plano de Trabalho do CNRH, mas que este  
322 estaria sendo proposto oportunamente na forma de planejamento estratégico, como consta do  
323 PNRH, Programa II “Desenvolvimento Institucional da Gestão Integrada de Recursos Hídricos no  
324 Brasil”, subprogramas II.1 e II.2 respectivamente, “Organização e apoio ao SINGREH” e “Apoio à  
325 Organização de SEGRHS”. Finalmente, registrou que tanto a proposta de resolução quanto o  
326 programa de trabalho foram apresentados e analisados pela CTIL. O **Sr. Eustáquio Luciano Zica**  
327 **(SRHU/MMA)** colocou em discussão a matéria. O **Conselheiro João Climaco (ONGs)** ressaltou  
328 que não abria mão de aproximar o Brasil real da Política Nacional de Recursos Hídricos dos  
329 demais “Brasis”. Comentou sobre recente seminário tratando das questões do saneamento no país,  
330 em especial dos resíduos sólidos, onde foram apresentados vários trabalhos interessantes, os quais  
331 não estariam contidos na proposta de trabalho apresentada. Mencionou inclusive que os valores dos  
332 investimentos institucionais que financiariam parte da implantação da política de recursos hídricos  
333 não são de conhecimento público, por isso recomendava que o plano de trabalho em discussão  
334 abordasse também a questão da locação destes recursos e como seriam encaminhados. O  
335 **Conselheiro João Bosco Senra (SRHU/MMA)**, com o uso da palavra esclareceu e alertou que os  
336 documentos que estavam sendo apresentados tratavam-se de ações relativas apenas à Secretária  
337 Executiva do CNRH e não do departamento gerido por ele e muito menos da SRHU.  
338 Complementou, dizendo que os recursos institucionais citados não seriam utilizados pelo CNRH,  
339 portanto não havia como explicitá-los. Encerradas as discussões sobre a matéria, o **Sr. Eustáquio**  
340 **Luciano Zica (SRHU/MMA)** colocou a proposta de resolução em votação, que foi aprovada por  
341 unanimidade. Em seguida, antes do encerramento da primeira etapa da reunião, passou a palavra  
342 para o **Conselheiro João Bosco Senra (SRHU/MMA)** que parabenizou toda a equipe da Secretária  
343 Executiva do CNRH pela trabalho realizado e solicitou a todos os conselheiros que estivessem de  
344 volta após o intervalo de almoço para, assim, poderem ouvir as manifestações a respeito do PNRH a  
345 serem proferidas pelo Ministro Paulo Haddad. Iniciando a segunda parte da reunião, o **Sr.**  
346 **Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)** passou para o *item 4.2 da ordem do dia: deliberação*  
347 *sobre proposta de Resolução que “Aprova o Detalhamento Operativo de Programas do Plano*  
348 *Nacional de Recursos Hídricos” - encaminhada pela CT do Plano Nacional de Recursos*  
349 *Hídricos.* Para apresentar a matéria, convidou o Presidente da Câmara Técnica do Plano Nacional  
350 de Recursos Hídricos, o **Sr. Sidnei Agra**, que fez sua apresentação com o apoio de uma sequência  
351 de slides sob o título “Apresentação do processo de detalhamento operativo de programas e  
352 subprogramas do Plano Nacional de Recursos Hídricos ao CNRH”. Inicialmente, procurou  
353 rememorar o arranjo organizacional do PNRH com as funções, espaços, e os diversos atores  
354 envolvidos. Posteriormente, foi mostrada a estrutura de programas do Plano com seus quatro  
355 componentes e treze programas, para, em seguida, abordar rapidamente cada um dos trinta  
356 subprogramas que compunham os primeiros sete programas. Fez ainda uma retrospectiva sobre as  
357 seis metas do PNRH, em especial a meta 3 “Detalhar no nível operacional e implementar o Sistema  
358 de Implantação, Monitoramento e Avaliação do PNRH e o Sub-Sistema de Informações de  
359 Monitoramento e Avaliação do PNRH, vis a vis a implementação de ações para o fortalecimento  
360 dos instrumentos de gestão e do SINGREH”. Foi dito que apenas parcialmente esta meta foi  
361 atingida. Sobre a meta cinco, “Detalhar no nível operacional, os programas e subprogramas  
362 estabelecidos e aprovados” foi dito que o seu atingimento seria o objetivo daquele dia. O **Sr. Sidnei**  
363 **Agra** chamou a atenção, de forma cronológica, sobre o processo de debates relacionados ao  
364 detalhamento dos programas do PNRH já ocorridos. Relatou que, no mês de março de 2007, foi

365 realizada uma oficina com membros de todas as câmaras técnicas do CNRH e que em agosto,  
366 outubro e novembro foram realizadas reuniões da CTPNRH e CTIL, durante as quais foram  
367 entregues os subprogramas detalhados. Enfatizou ainda que, simultaneamente à realização daquelas  
368 reuniões, aconteceram reuniões bilaterais com setores envolvidos. Encerrou sua apresentação,  
369 agradecendo a todos pela atenção e apoio à conclusão de mais essa etapa no processo de elaboração  
370 e detalhamento do PNRH, recomendando finalmente o site o PNRH (<http://pnrh.cnrh-srh.gov.br>).  
371 Concluída a apresentação, o **Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)** iniciou as discussões  
372 sobre a matéria, informando o recebimento de 30 propostas de emendas, sendo 21 do Ministério das  
373 Relações Exteriores - MRE e as demais dos representantes das Concessionárias e Autorizadas de  
374 Geração Hidrelétrica, estas decorrentes de formatação com falhas. Apresentou ao plenário, sua  
375 sugestão de encaminhamento da matéria em três momentos: primeiramente a discussão, após  
376 deliberação sobre as emendas propostas, em seguida, debates para, finalmente, aprovação em bloco  
377 do que estaria sendo proposto. Após consulta, a proposta de encaminhamento foi aprovada por  
378 unanimidade. Iniciada a discussão da matéria, a **Conselheira Patrícia Boson (Indústrias)** lembrou  
379 que na última reunião do CNRH ela ouviu críticas e alegações sobre a pobreza das pautas das  
380 reuniões do Conselho e hoje estaria diante da importante análise e aprovação do detalhamento de  
381 subprogramas do PNRH, algo que nem mesmo o CONAMA possui, ou seja, um Planejamento  
382 Nacional de Meio Ambiente. Enfatizou que o CNRH teria seu Plano e este deveria ter rebatimento  
383 nas pautas do próprio CNRH e suas câmaras técnicas. Assim disse que o instrumento deveria ser o  
384 “*modus operandis*” dos demais segmentos setoriais, inclusive, dos próprios Ministérios. Chamou a  
385 atenção no sentido de que as Secretarias Estaduais deveriam ser também envolvidas e  
386 compromissadas com o processo de implementação do PNRH. Complementou, afirmando que os  
387 estados têm grande responsabilidade pelo que estaria sendo feito no momento. O **Conselheiro Júlio**  
388 **Rocha (CERH/BA)** informou que no Fórum dos Comitês, realizado em Foz do Iguaçu, foi criado o  
389 fórum dos Órgãos Gestores de Recursos Hídricos do Brasil e enfatizou ser fundamental a  
390 consolidação das representações dos usuários e da sociedade civil. O **Conselheiro José Machado**  
391 **(ANA/MMA)** cumprimentou a Conselheira Patrícia Boson por ter colocado, com propriedade, o  
392 papel do PNRH como norteador das atividades do CNRH. Relembrou que, na fala da Conselheira,  
393 foi enfatizado a necessidade da integração das políticas setoriais e, quem sabe, o PNRH pudesse ser  
394 o indutor desta integração. Comentou que ainda seria débil a integração setorial com os Governos  
395 Estaduais, mas agora com o PNRH isso poderia mudar, desde que esse documento fosse valorizado  
396 e utilizado para criação de espaços de discussão intersetorial. Mencionou que a iniciativa anunciada  
397 de criação de instância nacional de órgãos gestores seria oportuna e poderá facilitar a integração  
398 almejada. A **Conselheira Ninon Machado (ONGs)** registrou que a colaboração para construir o  
399 PNRH e a integração em torno dele existe. Informou que em recente reunião da Cap-Net –  
400 *International Network for Capacity Building in Integrated Water Resources Management*, e Cap-  
401 Net Brasil – Rede Brasileira de Capacitação de Gestão Integrada em Recursos Hídricos, foi  
402 colocado como demanda à representação brasileira, informações sobre o processo de elaboração e  
403 detalhamento do PNRH e governança compartilhada como estratégia única, e que estaria se  
404 constituindo como uma cultura nacional. Naquela oportunidade, a Conselheira estaria entregando  
405 um CD, contendo o documento “Avaliação do Plano Nacional de Recursos Hídricos com destaques  
406 para o Desenvolvimento de Capacidades” elaborado pelo Engº. José Leomax dos Santos. Após  
407 consulta ao plenário, verificando que os representantes dos Estados eram apenas dois, Bahia e Pará,  
408 registrou que gostaria que todos estivessem presentes naquela oportunidade histórica. O  
409 **Conselheiro João Bosco Senra (SRHU/MMA)** destacou que o processo de detalhamento contou  
410 com excelente equipe técnica da ANA e SRHU e com consultores que se engajaram com  
411 comprometimento. Concordou que haveriam muitos desafios a serem conquistados, como o maior  
412 envolvimento dos Estados e sobre este aspecto, o anunciado Fórum dos Órgãos Gestores ajudaria.  
413 Mencionou que o processo de discussão do detalhamento dos subprogramas junto a outros setores  
414 ajudaria no processo futuro de integração para a implementação. Disse que o detalhamento do  
415 PNRH deveria pautar o CNRH nos próximos anos, facilitando a integração entre todos. Ao final,  
416 pediu o apoio dos conselheiros para a aprovação da matéria. O **Conselheiro João Climaco (ONGs)**

disse estar satisfeito com os depoimentos que o antecederam os quais iriam ao encontro do segmento representado por ele, onde persistia a insegurança e intranquilidade com a evolução do processo de elaboração do PNRH pelo não envolvimento das entidades sociais. Pediu permissão e fez a leitura do seguinte texto, na forma de Ofício a ser encaminhado à Secretaria Executiva do CNRH: *“Proposta das ONGs Cíveis e movimentos sociais para encaminhamento dos procedimentos da CTPNRH sobre a articulação do PNRH com os Planos Estaduais, Programas e Projetos nas Bacias Hidrográficas no País: Senhor Secretário, nossa representação das Org. Cíveis e Movimentos Sociais no CNRH, vem, nesta oportunidade da XXI Reunião Extraordinária desse egrégio conselho, reivindicar a V. Sa que se digne adotar as providências e encaminhamentos abaixo, em relação ao que se refere o Item -3.2 da pauta que "Aprova o Detalhamento Operativo de Programas do Plano Nacional de Recursos Hídricos - encaminhada pela CT do Plano Nacional de Recursos Hídricos"; Sobre esse encaminhamento, informamos que nossa representação neste egrégio conselho entende ser insuficiente a forma de encaminhamento das diretrizes aprovadas no âmbito da CTPNRH e CTIL, conforme, nossa manifestação nas reuniões dessas câmaras. -as mesmas não contemplam a nosso ver, princípios fundamentais da Lei 9.433, em especial os artigos que reforçam seu caráter descentralizador e participação social. (Parágrafo 6 art. 1, art, 4 da Lei 9.433/2007). - O Plano Nacional de Recursos Hídricos, aprovado por meio da Resolução CNRH nº 58, em 30 de janeiro de 2006, configura-se, conforme descrito em seus volumes, em um processo contínuo, flexível, permanente e participativo. Que dentre esses pressupostos e considerando que durante as etapas para estabelecimento de suas metas emergenciais foi debatido, no âmbito da CTPNRH, a necessidade de se estabelecer, com muita clareza e objetividade sinergias, envolvendo os níveis de planejamento estabelecidos na Lei 9.433/97 (Plano Nacional de Recursos Hídricos - âmbito nacional; os Planos Estaduais de Recursos Hídricos - nível estadual e os Planos de Bacia Hidrográfica - nível Bacia hidrográfica). -Que essa integração está também contemplada no disposto na Resolução CNRH nº 67 deste Conselho que define as "Estratégias de Implementação do PNRH", bem como o disposto no programa 5 do PNRH, denominado: Articulação Intersetorial, interinstitucional e intra-institucional da Gestão de Recursos Hídricos.(Pág. 187). -Que a necessidade de integração também está citada em documento aprovado na reunião das Organizações Cíveis no Encontro de CBHs recentemente acontecido em Foz de Iguaçu-PR e anteriormente encaminhado à Secretária Executiva do CNRH. Considerando que, para a efetivação e implementação dessa integração, as organizações da Sociedade Civil Organizada, aqui representada neste CNRH e abaixo assinada, vêm reivindicar que V. Sa se digne pautar e priorizar nas discussões e encaminhamentos da CTPNRH logo no primeiro semestre de 2008 as seguintes iniciativas: - Desenvolver, técnica e metodologicamente, proposta cujo objeto central recaia no estabelecimento de sinergias, envolvendo os níveis de planejamento previstos em Lei, considerando, inclusive, outros programas desenvolvidos e com estreita relação com o PNRH, tais como: o Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas, Planos Estaduais de Recursos Hídricos, Programas da Política Nacional de Saneamento, Programa de Aceleração do Crescimento e demais políticas públicas que estão intervindo nos corpos d'água. - Aceleração de Crescimento, Projetos e Intervenções da CODEVASF e demais políticas regionais e locais que produzam interfaces com os corpos d'água. - Envolver representantes dos comitês de bacias hidrográficas, especialmente do segmento da Sociedade Civil, nas discussões para o desenvolvimento técnico da proposta. - Trazer para conhecimento e discussão na CTPNRH, as experiências em curso no tocante ao desenvolvimento de planos de recursos hídricos a fim de se fomentar as interfaces destes processos e resultados com o PNRH. - Efetivar ações com os sistemas estaduais de recursos hídricos, a fim de ampliar as discussões em relação à articulação entre os entes, envolvendo os vários níveis de planejamento. Isto posto, almejamos a Vossa sensibilidade para esses encaminhamentos em relação ao PNRH, efetivando o cumprimento dos estatutos e marcos regulamentares aprovados por esse egrégio conselho e tornando o trabalho da CTPNRH gerador de resultados efetivos, conforme expectativas da sociedade brasileira. Atenciosamente, Conselheiro João Climaco Soares de Mendonça Filho”*. O Sr. **Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)**, ao receber o ofício, prometeu o encaminhamento formal do mesmo às câmaras técnicas mencionadas.

469 Neste momento, passou o ofício ao Sr. Márley Caetano de Mendonça, para que este encaminhasse o  
470 documento para a CTPNRH e CTIL. O **Conselheiro Jairo Lousa (Irrigantes)** iniciou seus  
471 comentários dizendo que tudo na vida dependeria de um planejamento e que desde o início lutou  
472 para que o PNRH fosse elaborado, como efetivamente o foi. Recomendou que, para a efetiva  
473 implantação do Plano, haveria necessidade que o mesmo fosse introduzido nas instituições e que  
474 não fosse colocado apenas nas cabeças das pessoas, caso contrário, permaneceria nas gavetas e  
475 prateleiras, conforme os demais planos. Disse não ter a mínima possibilidade de sua pessoa  
476 representar o setor, devido a uma série de dificuldades operacionais. Sugeriu que fossem feitas  
477 visitas pelo Presidente da ANA e Secretário Executivo do CNRH a cada uma das instituições com  
478 representação no CNRH. Concluiu, dizendo a implementação do PNRH seria um grande desafio a  
479 ser enfrentado por todos e que o sucesso dependeria de cada um dos conselheiros. O **Conselheiro**  
480 **José Silvério (MAPA)** ponderou sobre dificuldades para uma maior articulação interna em nível  
481 ministerial e disse que no momento, estaria acontecendo uma esquizofrenia de responsabilidade, por  
482 exemplo, pela irrigação que atualmente não estaria junto ao Ministério da Agricultura. Confirmou  
483 que o PNRH foi exaustivamente debatido no âmbito do seu Ministério. O **Conselheiro José**  
484 **Machado (ANA)** destacou as oportunidades que o cargo de Diretor Presidente da ANA lhe  
485 proporcionou em termos de poder ter uma visão geral do País. Como reflexão, ponderou que em  
486 algum momento, o Brasil deveria estabelecer uma política de longo prazo, quase como cláusula  
487 *pétria*. Destacou que, em função do PNRH, estavam sendo estabelecidas metas de longo prazo para  
488 a política de recursos hídricos com olhar para 2020, horizonte temporal do plano. Registrou que  
489 parte do que iria acontecer, não haveria governabilidade, porque envolveria recursos,  
490 disponibilidade orçamentária, e equipe técnica capacitada. Dirigindo-se ao Ministro Paulo Haddad,  
491 disse que certas questões do planejamento de longo prazo deveriam ser definidas pelo Congresso  
492 Nacional, porque, no momento, estaríamos regidos pelo curto prazo, transparecendo que a Nação  
493 não teria contrato com o futuro. Como exemplo, citou o CNRH, órgão de Estado, aprovando um  
494 plano de Estado, com metas de Estado e não de Governo, sendo esta uma reflexão que o País  
495 precisaria fazer. Explicou que na Comunidade Européia, o Parlamento Europeu estabeleceu, para  
496 um prazo de quinze anos, metas de qualidade de água a serem alcançadas naquele prazo, sendo a  
497 meta obrigatória e vinculante. Continuou, dizendo que quando da existência de metas de igualdade  
498 social, de qualidade de vida em horizontes de longo prazo, obrigará os programas de governos,  
499 plataformas eleitorais a se articularem, se organizarem em função destes compromissos de longo  
500 prazo, diferentemente do que ocorreria hoje onde cada um possui o seu plano para o seu tempo de  
501 mandato. Disse que o exercício do PNRH seria útil, porque nos colocaria as dificuldades para sua  
502 implantação. Concluiu, dizendo que a vontade política teria que estar presente neste processo para  
503 evitar o contingenciamento de recursos e o atingimento de metas que deveriam ser obrigatórias e  
504 que não estaria muito certo sobre tudo que havia dito, mas que retrataria suas angústias e que não  
505 poderia perder a oportunidade para compartilhar suas idéias com o grupo de seletos conselheiros.  
506 Finalizadas as discussões, o Sr. **Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)** fez dois registros. O  
507 primeiro sobre contingenciamento, afirmando que nenhum Ministério individualmente faria  
508 contingenciamento de recursos, sendo uma decisão unicamente da equipe econômica de governo,  
509 mas seria legítimo o protesto. O segundo registro foi a importância dos compromissos com o  
510 planejamento de longo prazo. Relatou que, recentemente, representou o MMA em uma comissão,  
511 que pleiteou a sede da olimpíada de 2016 para o Brasil. Demonstrou sua surpresa em ser informado  
512 que a questão ambiental de longo prazo, para o comitê olímpico, fundamental neste início de  
513 qualificação. Outra surpresa manifestada, foi que a China, com uma situação ambiental desastrosa  
514 havia conseguido sediar a olimpíada deste ano em função de possuir um planejamento de longo  
515 prazo (50 anos). Em seguida, colocou a proposta de resolução que “*Aprova o Detalhamento*  
516 *Operativo de Programas do PNRH*” em votação, e foi aprovada por unanimidade. Dando  
517 continuidade, passou à análise de emendas recebidas relacionadas ao programa 1.3 “Implementação  
518 Prática de Compromissos Internacionais em corpos de água transfronteiriços e desenvolvimento de  
519 instrumentos de gestão e de apoio à decisão, compartilhados com países vizinhos”. Antes, porém, o  
520 **Conselheiro João Bosco Senra (SRHU/MMA)**, solicitou um espaço na reunião para que todos

521 pudessem ouvir o Ex-Ministro Paulo Haddad. Inicialmente, o **Sr. Paulo Haddad** disse ter tido  
522 contato intenso com as questões que envolveriam os recursos hídricos, desde a década de 80,  
523 quando executou estudos sobre a bacia do rio São Francisco. Pretendia, na oportunidade, fazer três  
524 comentários, o primeiro estando relacionado com o Brasil e a América Latina, onde seria possível  
525 observar que nenhum daqueles países alcançou o nível do Brasil, estando na liderança da  
526 institucionalização do processo de elaboração de um PNRH. Sobre a implementabilidade do PNRH,  
527 disse que no Brasil, 90% dos planos não seriam implementados, incluindo os planos diretores  
528 municipais, que atingem 10%. Como terceiro ponto abordado, elaborou um questionamento: como  
529 implementar o PNRH? Respondeu dizendo que com a transversalidade de cada programa e  
530 subprograma estaria o desafio constante da integração. Ponderou que a implementação do PNRH  
531 começaria agora, logo após sua elaboração. Lembrou que o sistema de planejamento orçamentário  
532 do País funcionaria no dia a dia, mas por outro lado, o mesmo não aconteceria com as políticas de  
533 longo prazo como energia, pobreza e políticas regionais. Registrou que a origem desta questão  
534 estaria no início do Plano Real, onde o Ministério da Fazenda assumiu todas as funções, inclusive  
535 as questões de médio e longo prazo. Para ele, o PNRH, com a qualidade que tem, com o reflexo do  
536 esforço de participação obtido, poderia ser o sinal do resgate do planejamento de longo prazo na  
537 rota correta. Ainda questionou como implementar um plano em um País que ainda passaria por um  
538 ajuste fiscal e financeiro, partindo-se da premissa que somente existiriam 10% dos recursos  
539 disponíveis para a implantação do Plano que lutaria por espaço com outros programas? Como  
540 caminhos alternativos a serem percorridos, disse o Sr. Paulo Haddad existir alguns, como por  
541 exemplo a negociação, porque haveria decisões que seriam tomadas por outros, como o Ministério  
542 da Agricultura, o Ministério das Cidades que atingiriam o coração das questões dos recursos  
543 hídricos. Continuou sugerindo que existiriam recursos latentes que poderiam ser mobilizados a  
544 partir da participação e da mobilização para equacionar os programas do PNRH. Lembrou sobre a  
545 importância do fortalecimento de alguns instrumentos como a outorga e cobrança, como mais uma  
546 alternativa para o sucesso da implantação do PNRH e sugeriu adicionar novos instrumentos a  
547 exemplo dos países da União Européia. Finalizou, agradecendo em nome de todos os consultores  
548 pela oportunidade de aprender trabalhando em uma questão tão difícil como os recursos hídricos.  
549 Dando continuidade, o **Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)** convidou o representante do  
550 MRE **Conselheiro Fernando Coimbra (MRE)** para apresentar as emendas ao PNRH  
551 encaminhadas pelo seu Ministério. O **Conselheiro Fernando Coimbra (MRE)** disse que as  
552 emendas propostas seriam de ordem geral e para o aperfeiçoamento e adequação da linguagem  
553 diplomática, relacionadas ao Programa 1.3. Passou imediatamente à leitura do texto que,  
554 resumidamente, enfatizava a importância dos recursos hídricos compartilhados com os países  
555 vizinhos como oportunidade para a cooperação e o aprofundamento da integração regional.  
556 Evidenciou ainda a necessidade de adequar as referências à gestão coordenada dos recursos hídricos  
557 transfronteiriços, preservando o princípio da soberania do Estado que deveria focar na gestão  
558 cooperativa. Ponderou a utilização do princípio da precaução que foi ajustada, de modo a evitar que  
559 se levantassem suspeitas sobre a atuação de países vizinhos, com os quais o Brasil compartilhava  
560 corpos de água. Em seguida, consultou o plenário e o próprio Secretário Executivo do CNRH, se  
561 haveria necessidade de serem apresentadas cada uma das emendas. O **Conselheiro João Bosco**  
562 **Senra (SRHU/MMA)** lembrou que no processo de discussão do detalhamento dos subprogramas,  
563 tentaram uma visita ao MRE para o refinamento do texto, a exemplo de outros Ministérios. Disse  
564 que a equipe técnica de elaboração do PNRH já havia analisado as sugestões propostas e  
565 concordava com todas, porque as mesmas sugeririam aperfeiçoamentos importantes, por isso  
566 sugeriria uma votação em bloco de todas, por serem emendas de redação. Consultado o plenário, o  
567 **Conselheiro Carlos Hugo Suarez Sampaio (Ministério da Justiça)** manifestou sua confiança nas  
568 palavras que haviam sido ditas, mas que gostaria de conhecer todas as emendas. Sendo assim, o Sr.  
569 **Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)** solicitou ao Sr. Conselheiro Fernando Coimbra (MRE)  
570 que apresentasse cada uma das emendas, o que foi feito, sendo todas aprovadas por unanimidade.  
571 Destaca-se que durante a discussão da emenda substitutiva nº 6, pág. 27, que tratava da substituição  
572 da palavra “cooperativo por compartilhado” houveram manifestações importantes. O **Conselheiro**

573 **Hernane Fortuna (Hidroviários)** alertou que a expressão ou termo “compartilhado” foi  
574 apresentado como sendo algo que poderia provocar algum arranhão na nossa soberania, caso venha  
575 a ser mudada. No caso de rios transfronteiriços, entendia que já existiam experiências sobre o  
576 assunto, sobre problemas decorrentes a jusante em rios, como foram os casos do rio Paraná com a  
577 Argentina, entre outros. Mesmo na margem direita do rio Amazonas, poderiam surgir problemas  
578 semelhantes, como o caso da Hidrelétrica de Santo Antonio no rio Madeira. Disse que o PNRH  
579 seria um plano excepcional sobre todos os aspectos, levando em consideração que o Brasil deveria a  
580 todos nós, uma concepção política nacional. Ponderou que não teríamos objetivos nacionais  
581 permanentes, explicou que política seria a arte de governar, mas também uma arte de estabelecer  
582 objetivos. Afirmou que há muitos anos não via um plano tão bom, tratando-se da discussão sobre  
583 conflitos existentes e possíveis. Complementou, dizendo que o setor Hidroviário, em se tratando das  
584 alternativas semânticas, colocadas para a questão, concorda com a redação dada pelo Itamaraty,  
585 retirando a expressão cooperativa e solidária sugerida, porque os termos cooperativo e solidário  
586 restringem o conceito de soberania. Em outro momento, quando da apresentação da emenda 19, a  
587 **Conselheira Ninon Machado (ONGs)** enfatizou que o Itamaraty tem responsabilidade legais  
588 inafastáveis e indelegáveis, porém seria importante o reconhecimento que matéria de gestão das  
589 águas, de acordo com a Política Nacional de Recursos Hídricos, por força da Lei, há outros atores  
590 atuando e isto deve ser refletido também nas relações internacionais. Em resposta, o **Conselheiro**  
591 **Fernando Coimbra (MRE)** explicou que caberia ao MRE negociar com os governos estrangeiros e  
592 os subsídios para estas negociações seriam buscados com atores e agentes de governo, outras  
593 instâncias da sociedade e que em nenhum instante as emendas sugeridas pelo Itamaraty visariam  
594 alterar este procedimento. Encerradas as discussões relacionadas às emendas aditivas apresentadas  
595 pelo MRE, o Sr. **Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)** passou a palavra para o **Conselheiro**  
596 **João Bosco Senra (SRHU/MMA)** para serem apresentadas as emendas enviadas pelas  
597 Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica. Como introdução ao tema, o Conselheiro  
598 disse que as emendas seriam decorrentes da desconfiguração ocorrida nos arquivos respectivos,  
599 admitindo publicamente o problema que aconteceu e que as emendas propostas já haviam sido  
600 apresentadas e aceitas na CTPNRH. Diante do que foi dito, o Sr. **Eustáquio Luciano Zica**  
601 **(SRHU/MMA)** consultou o plenário sobre a necessidade de apresentação das emendas. O  
602 **Conselheiro Flávio Neiva (Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica)**,  
603 responsável pelo envio das emendas, disse que estava de acordo com o que havia sido dito pelo Sr.  
604 João Bosco Senra e que por isso achava dispensável a apresentação das emendas. Assim, o  
605 **Secretário Executivo do CNRH** registrou que, como foi admitido o erro e não havia mais interesse  
606 pela discussão da matéria, colocava em votação a aprovação das emendas na forma apresentada,  
607 que foram aprovadas por unanimidade. Imediatamente foram considerados como aprovados os  
608 detalhamentos dos sete programas e trinta subprogramas do PNRH. Dando continuidade, o Sr.  
609 **Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)** convidou a todos para a etapa de aprovação da proposta  
610 do *item 4.2* da ordem do dia. Foi convidado o Sr. **Conselheiro João Bosco Senra (SRHU/MMA)**  
611 para apresentar a proposta de resolução que *“Aprova o Detalhamento Operativo de Programas do*  
612 *Plano Nacional de Recursos Hídricos”*. Após rápida apresentação, foi dado ênfase ao parágrafo  
613 único do art. 1º, no qual estaria implícita a prorrogação de prazos para detalhamento dos programas  
614 de XVIII a XIII, até 31/12/2008. Registrou que os textos de todos os subprogramas aprovados  
615 passariam por revisão ortográfica para publicação, sendo possível àqueles que se interessarem, a  
616 possibilidade de apresentarem novas sugestões de ajustes semânticos e ortográficos. O Sr.  
617 **Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)** colocou a proposta de resolução em discussão. O  
618 **Conselheiro João Climaco (ONGs)** registrou que teria feito consulta a pessoas do ramo, sobre os  
619 valores que foram gastos com consultores para detalhamento dos subprogramas, hora aprovado e  
620 verificou que, em alguns casos, os valores estavam subestimados ou superestimados, ficando sem  
621 referência, em virtude da não concordância entre as pessoas consultadas. Achava inclusive que o  
622 setor de consultoria possuiria força política dentro do sistema e que na sua opinião, não deveria.  
623 Recomendou, portanto que, no processo de contratações desses serviços houvesse mais  
624 transparência no âmbito das câmaras técnicas para evitar um mercado de consultorias. O **Secretário**

625 **Executivo do CNRH** comentou que seria dever de todos o controle social dos gastos públicos e  
626 esperava que o Conselheiro desse a sua colaboração, embora considerasse aquela manifestação  
627 extemporânea no que tange àquela tramitação, já que a resolução proposta não trataria de valores,  
628 apenas ratificaria o que foi aprovado. Em seguida, colocou a proposta de resolução em votação que  
629 foi aprovada por unanimidade. Prosseguindo, deu-se início *ao item 4.3 da ordem do dia:*  
630 *deliberação sobre proposta de Resolução que “Prorroga o prazo da delegação de competência ao*  
631 *Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá para*  
632 *o exercício de funções e atividades inerentes à Agência de Água das Bacias Hidrográficas dos*  
633 *Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá” - encaminhada pela CT de Assuntos Legais e Institucionais.*  
634 O Sr. **Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)** convidou o **Conselheiro Márley Caetano de**  
635 **Mendonça (SRHU/MMA)**, presidente da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais,  
636 para encaminhar a matéria. O **Conselheiro Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** disse  
637 que, pelo fato do plenário já conhecer a matéria, seria breve. Lembrou que na reunião anterior foi  
638 aprovada uma prorrogação até 31/12/07, tempo este suficiente para a CTIL analisar o pedido de  
639 prorrogação maior, ou seja, até o dia 31 de dezembro de 2011. Informou que a CTIL havia  
640 apreciado a matéria sob os aspectos da legalidade e considerou também o aspecto institucional,  
641 emitindo parecer favorável ao pleito do comitê, o que estava sendo apresentado naquele momento.  
642 O Sr. **Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)** colocou a matéria em discussão. O **Conselheiro**  
643 **Dalto Fávero (Consórcios)** relatou que há dois anos os Comitês PCJ convidaram o Consórcio PCJ  
644 para assumir as responsabilidades de Agência de Bacia no papel de Entidade Delegatária, pleito este  
645 homologado pelo CNRH em novembro de 2005. Continuou, informando que nesta função, por dois  
646 anos, o Consórcio PCJ desempenhou o seu papel compatível com um contrato de gestão firmado  
647 com a ANA, e que agora o Consórcio PCJ estaria novamente sendo convidado para continuar  
648 desempenhando aquelas funções, desta vez, por um período de quatro anos, motivado pelo  
649 reconhecimento dos atingimento das metas previstas no Contrato de Gestão. Para esclarecer e dar  
650 maiores detalhes sobre aquele fato, o Conselheiro passou a palavra para o Sr. **Francisco Lahós**, do  
651 Consórcio PCJ que informou que no contrato de gestão anterior, todas as metas foram cumpridas e  
652 houve ainda auditoria contábil da ANA que aprovou as contas 2006. Disse que a adimplência em  
653 2006 e 2007, em termos de pagamento pelo uso das águas da bacia, seria da ordem de 99,5% e que  
654 foram arrecadados R\$24 milhões para 36 projetos que gerariam uma contrapartida de R\$36  
655 milhões. Enfatizou as parcerias e cooperações existentes com os Governos de São Paulo, Minas  
656 Gerais e com os órgãos gestores DAEE e IGAM. Disse que com ANA, além do contrato de gestão,  
657 foram realizadas parcerias, para cursos de capacitação, com repasses dos recursos da cobrança. Com  
658 respeito ao novo convite formulado pelos Comitês PCJ, disse estarem dispostos a aceitá-lo e  
659 aproveitava para agradecer a nova oportunidade, prometendo procurar não decepcionar. Ao final,  
660 agradeceu os apoios recebidos de todo o sistema, da SRHU, e das câmaras técnicas do CNRH. Não  
661 havendo mais interessados para discutir a matéria o Sr. **Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)**  
662 colocou a proposta de resolução em votação, que foi aprovada por unanimidade. Dando sequência  
663 aos trabalhos, foi iniciado o *item 4.4 da ordem do dia, referente a deliberação sobre proposta de*  
664 *Resolução que “Aprova a revisão dos mecanismos e ratifica os valores relativos à cobrança pelo*  
665 *uso de recursos hídricos de domínio da União da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba,*  
666 *Capivari e Jundiá” - encaminhada pela CT de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos.* Para  
667 apresentar a matéria, foi convidado o Presidente da Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de  
668 Recursos Hídricos - CTCOB, Sr. Rodrigo Speziali. O Sr. **Rodrigo Speziali** informou que a  
669 proposição vinha ao encontro do que continha o parágrafo 2º do art. 3º da Resolução CNRH nº 52,  
670 de 2005, em termos da revisão dos mecanismos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos,  
671 implantada nas Bacias PCJ. Esclareceu que o que foi proposto na forma de uma deliberação  
672 conjunta dos Comitês PCJ de nº 078/07, encaminhada à Secretaria Executiva do CNRH, e esta a  
673 encaminhou à ANA que, conforme nota técnica recomendava a sua aprovação. Comunicou ainda  
674 que a matéria foi discutida em reunião da CTCOB realizada em Foz do Iguaçu e posteriormente  
675 apresentada na CTIL que, após ampla discussão resultou na proposta de resolução em questão. A  
676 deliberação aborda, entre outros aspectos, a definição dos usos insignificantes e os mecanismos

677 diferenciados para o pagamento do setor rural, havendo efetivamente um avanço da cobrança na  
678 bacia. Encerrada a apresentação da matéria, o **Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)**  
679 colocou-a em discussão. O **Conselheiro Carlos Alencastre (Comitês)** relatou fatos ocorridos  
680 durante a 53ª reunião da CTCOB, ocorrida em outubro, na cidade de Foz do Iguaçu, onde questões  
681 de fundo foram levantadas, relacionadas ao conteúdo da deliberação PCJ nº078/07. Registrou ainda  
682 que, durante reunião da CTIL realizada em Brasília ocorreram o refinamento das sugestões, com  
683 algumas propostas de entendimento para a adequação da referida deliberação e que os Comitês PCJ,  
684 de posse das manifestações oriundas das duas reuniões, reuniu-se e uma nova deliberação, a de nº  
685 083, foi aprovada, *ad referendum*, procurando contemplar todas as questões que não estavam bem  
686 esclarecidas quando das reuniões das câmaras técnicas do CNRH. Esclareceu que essa nova  
687 deliberação não foi possível de ser encaminhada aos Conselheiros porque estava intempestiva, mas  
688 já na 54ª reunião da CTCOB, realizada na FIESP em São Paulo, foram discutidos os ajustes, à  
689 proposta de resolução em análise, mas como a convocação da reunião do CNRH já havia sido feita,  
690 estas adequações estariam agora sendo apresentadas na forma de emendas à proposta que todos  
691 tinham em mãos. Em seguida, leu os destaques sugeridos na ementa, no art. 1º, acrescentado um  
692 novo art. 2º, sendo o anterior renumerado para art. 3º e sugerido um art. 4º com o seguinte teor:  
693 “Aprovar a proposta de captações consideradas insignificantes, constante do art 3º da Deliberação  
694 Conjunta dos Comitês PCJ nº 078/07, de 2007”. O **Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)**  
695 colocou a proposta de resolução em discussão. Pediu a palavra o **Conselheiro Carlos Hugo Suarez**  
696 **Sampaio (Ministério da Justiça)** para manifestar-se sobre questões de técnicas legislativas. Disse  
697 o “artigo” deveria ser sempre uma frase completa, não simplesmente ratificar, aprovar. Como  
698 exemplo, citou o art. 1º que deveria iniciar com a expressão “Fica aprovada a revisão...”. Em  
699 resposta, o **Conselheiro Márley Caetano de Mendonça (SRHU)**, como presidente da CTIL, disse  
700 a forma adotada seria a recomendada pela Consultoria Jurídica do MMA. Particularmente, como  
701 estudioso da matéria concordava com o conselheiro Carlos Hugo. Novamente, o **Conselheiro do**  
702 **Ministério da Justiça** lembrou que a forma apresentada não seria correta e que o CONAMA não a  
703 adotava, portanto manteria sua posição e seu alerta, mas que não pretendia fazer objeção caso  
704 permanecesse a forma atual. O **Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)** colocou a proposta de  
705 resolução em discussão, não havendo nenhum dos conselheiros interessados, colocou a matéria em  
706 votação, que foi aprovada por unanimidade. Em prosseguimento, deu início às discussões sobre o  
707 *item 4.5 da ordem do dia: deliberação sobre proposta de Resolução que “Estabelece a*  
708 *composição da Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos*  
709 *Sistemas Estuarinos e Zona Costeira – CTCOST” - encaminhada pela CTIL.*  
710 Para apresentar a matéria convidou o Conselheiro Marley Caetano de Mendonça **SRHU MMA** ,  
711 que informou que todos os passos foram dados relacionados às consultas efetuadas junto aos  
712 conselheiros em função do encerramento do mandato dos atuais representantes na CTCOST.  
713 Lembrou que toda câmara técnica deveria ter sua composição com no mínimo sete membros e no  
714 máximo dezessete, cabendo à CTIL propor a composição para o plenário aprovar. Disse que na  
715 reunião da CTIL que analisou a matéria, havia manifestações de interesse por 14 vagas. Então  
716 durante a reunião, o Conselheiro João Climaco manifestou interesse, do seu setor, o que foi  
717 acolhido pela CTIL, em razão da existência de vagas. Assim lembrou que haviam ainda  
718 disponibilidade para duas vagas. Após apresentação o **Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)**  
719 colocou a matéria em discussão ou para manifestação de interesse pelas duas vagas disponíveis. O  
720 primeiro a se manifestar, com interesse em uma das vagas, foi o **Conselheiro Carlos Hugo Suarez**  
721 **Sampaio (Ministério da Justiça)**. Em seguida, o **Conselheiro Carlos Alencastre (Comitês)**  
722 também manifestou interesse do seu setor por uma das vagas, tendo em vista a existência de vários  
723 comitês nos 17 estados da região costeira do Brasil. O **Conselheiro Manoel Imbiriba Junior**  
724 **(CERH/PA)** pleiteou também uma vaga para o seu estado, devido à importância geopolítica do  
725 mesmo para as questões estuarinas. O **Conselheiro Júlio Rocha (CERH/BA)** pleiteou também  
726 uma vaga na CTCOST, por contar o Estado da Bahia com a maior costa brasileira, e lembrou que a  
727 vaga pleiteada era também para o Ceará, onde muitos conflitos existiriam relacionados à ocupação  
728 da costa cearense. Também o **Conselheiro Luiz Fernando Cibys (OTEP)** solicitou uma vaga

729 sugerindo a separação das organizações técnicas das entidades de ensino e pesquisa. Como proposta  
730 de encaminhamento, o **Conselheiro João Bosco Senra (SRHU/MMA)** sugeriu a aprovação da  
731 proposta como estava, compondo a CTCOST com 15 membros inicialmente e cabendo,  
732 posteriormente, à CTIL, apresentar na próxima reunião a sua sugestão para a ocupação das duas  
733 vagas restantes, em função da demanda surgida naquela oportunidade. Lembrou que aqueles 15  
734 inicialmente indicados teriam atendido à demanda da Secretária Executiva no prazo que foi  
735 estabelecido. Consultado, o Presidente da CTIL, **Sr. Márley Caetano (SRHU/MMA)** recorreu à  
736 Lei nº 9.433, de 2007, e ponderou sobre a regra de proporcionalidade que deveria existir na  
737 composição das câmaras técnicas, regra esta que não necessitou de ser utilizada, porque a demanda  
738 por vagas estaria abaixo da disponibilidade, mas com os novos pleitos apresentados haviam 19  
739 interessados sendo recomendada a revisão. A **Conselheira Rosa Mancini (CERH/SP)**, preocupada  
740 que não fossem interrompidas as atividades da CTCOST, sugeriu que apenas a decisão da ocupação  
741 das duas vagas restantes, por cinco interessados, fosse analisada pela CTIL e retornando ao plenário  
742 posteriormente. Diante do impasse surgido, o **Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)** sugeriu,  
743 e todos acataram, que a reunião fosse suspensa por cinco minutos para que articulações e consensos  
744 fossem alcançados e assim, a matéria pudesse ser deliberada. Retomado os trabalhos, e não tendo  
745 sido alcançado o consenso, foi acatado o seguinte encaminhamento: apreciação da proposta de  
746 resolução na forma apresentada e elaboração de uma nova proposta pela CTIL para próxima reunião  
747 do CNRH, considerando os pleitos apresentados. Colocada em votação, a proposta de resolução foi  
748 aprovada com uma abstenção. Encerrada a parte deliberativa da reunião, o **Sr. Eustáquio Luciano**  
749 **Zica (SRHU/MMA)** deu início ao *item 5.1 da ordem do dia que foi a apresentação “O Conselho*  
750 *Estadual de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul”* pelo **Sr. Paulo Paim Secretário Executivo**  
751 **do CERH/RS**, que justificou a ausência de seu presidente, o Sr. Carlos Otaviano Brenner de  
752 Moraes. Com o apoio de slides, o Sr. Paulo Paim iniciou sua apresentação, explicando sobre as três  
753 regiões hidrográficas do Estado, com ênfase na região do Guaíba. Comentou sobre a estrutura do  
754 conselho e sobre um projeto de Lei em tramitação que alteraria a Lei nº 11.560, que introduziu  
755 alterações na Lei nº 10.350, que institui o Sistema Estadual de Recursos Hídricos, e na Lei nº 8.850,  
756 que criou o Fundo de Investimentos em Recursos Hídricos. Em seguida, comentou sobre algumas  
757 ações habituais e específicas do Conselho, mostrando alguns exemplos. Sobre as ações específicas  
758 explicou, dando detalhes e conseqüências operacionais sobre as Resoluções CRH 015/05 que trata  
759 das questões de enquadramento informando que haveria hoje no Estado consenso que o  
760 enquadramento seria o instrumento mais importante e poderoso do Estado; a Resolução CRH  
761 019/06 que trata do acordo sobre a retirada de água na bacia do Gravataí; a CRH 034/07, que  
762 aprova o plano de aplicação dos recursos do Fundo de Investimentos em Recursos Hídricos em  
763 2007, com planilhas de projetos, valores e prioridades. Citou também as deliberações que criam  
764 comitês como a CRH 038/07 que aprova a proposta de composição do Comitê de Gerenciamento  
765 das águas do Rio Quaraí de domínio do Estado. Em termos das ações específicas do Conselho,  
766 comentou sobre a Resolução CRH 01/1997 que “Dispensa outorga aos usos de caráter individual”.  
767 Explicitando ser uma deliberação moderna comentou sobre Resolução CRH012/05, que delega a  
768 uma Associação de Usuários a alocação e administração das águas do Arroio Velhaco e a Resolução  
769 relacionada ao Aquífero Guarani a CRH 013/05 que “Institui as Unidades Estaduais de Execução -  
770 UEPPs”. Lembrou da CRH 020/06, que aprova a composição do comitê Gestor da Laguna dos  
771 Patos, para gerir única e exclusivamente o corpo lagunar, uma figura nova na política de recursos  
772 hídricos, sendo ainda o braço avançado e político regional do CRH. A seguir, foi apresentada a CRH  
773 035/07 que “Cria o grupo de trabalho para gestão da Região Hidrográfica do Guaíba” e também a  
774 CRH 033/07, que cria a Comissão Executiva de Articulação e Construção do Plano Estadual de  
775 Recursos Hídricos. Mostrou, em seguida, o arranjo institucional para a elaboração do PERH nos  
776 níveis de coordenação, contratante, supervisão, financiamento e execução. Ainda sobre o PERH,  
777 foram apresentadas rapidamente as diretrizes gerais e os objetivos. Sobre interlocutores do PERH a  
778 Lei Estadual nº 10.350/94, em seu art. 24, explica que o PERH será elaborado com base nas  
779 propostas dos Comitês, considerando também as propostas dos usuários, planos regionais e setoriais  
780 de desenvolvimento e tratados internacionais. Para impedir que houvessem linhas distintas quando

do processo de elaboração do PERH, foi criada uma Comissão Executiva de Articulação e Construção do Plano, composta por usuários, população e o estado, conforme preconizado pela Resolução CRH 033/07. Mostrou como funcionaria a comissão na forma de um fluxograma de informações do processo de elaboração do PERH. Para a validação do PERH, foi dito que aconteceram duas fases, uma de diagnóstico e outra de cenários, seguindo os mesmos passos para a validação. Comentou ainda que, no que diz respeito aos cenários, foram ouvidos os usuários no que concerne às projeções futuras e que a metodologia seria semelhante àquela adotada para a elaboração do PNRH, sendo esta uma preocupação do PERH/RS em termos de “conversar” metodologicamente com o PNRH. Concluiu, dizendo, que seria importante que o CNRH, a partir da sua CTPNRH, fizesse um trabalho de coordenação técnica e política de articulação entre os quatro planos dos estados do sul do país. Disse ainda que o esforço de articulação horizontal seria complicado, portanto solicitava que a CTPNRH exercesse este papel, viabilizando assim uma interlocução entre os planos estaduais e o nacional. O **Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)** retomou a palavra, parabenizou e agradeceu o Sr. Paulo Paim pela brilhante e didática apresentação sobre as ações em curso desenvolvidas pelo Conselho de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul. Sobre a solicitação feita ao final, prometeu encaminhar a sugestão apresentada para a CTPNRH. Dando continuidade, foram iniciados os *informes*. O primeiro foi a justificativa de ausência, encaminhada pela CNI, por motivo de doença do Conselheiro Mauro Viegas. O seu suplente, o Sr. Maurício Mendonça estava também impossibilitado, porque iria representar a CNI na COP 3 em Bali/Indonésia. O segundo informe foi relacionado à Conselheira Keilah Diniz, do Ministério da Cultura, que foi agraciada com o terceiro lugar do Prêmio Chico Mendes, coordenado pelo MMA na Categoria Arte e Cultura. Como terceiro informe, o Secretário Executivo disse que recebeu ofício, encaminhado pela presidência do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, o qual informa a decisão de prorrogar até março de 2009 o mandato dos membros do Comitê e de sua diretoria. O informe seguinte dizia respeito à Expozaragoza 2008, que seria um evento que pertenceria à categoria de Exposições Internacionais, organizadas em torno de um tema concreto de interesse universal e que o tema eleito para 2008 teria sido “Água e Desenvolvimento Sustentável”, com ênfase num olhar sensível, inteligente e intencionado sobre um dos grandes desafios da Humanidade: a água como suporte à vida e como recurso estratégico para o desenvolvimento humano, a partir do compromisso ético da sustentabilidade e o desafio da inovação. Ratificou que o evento acontecerá de 14 de junho a 14 de setembro de 2008 em Zaragoza. Disse que dada a temática do evento, o MMA seria responsável pela articulação da participação dos expositores brasileiros, tendo sido designado Comissário-Geral do Brasil no evento, o diretor do Departamento de Recursos Hídricos da SRHU/MMA, João Bosco Senra, responsável pela coordenação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTIM) encarregado de mobilizar e estruturar tal participação; e a Agência Nacional de Águas (ANA) foi designada Secretária Técnica da Exposição, representada por Fabrício Amilívia Barreto. Assim a organização das atividades do Brasil na Exposição passaria pela mobilização e articulação dos diversos segmentos, relacionados à gestão de recursos hídricos, principalmente participantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH). Esclareceu que o tema do *stand* do Brasil concentrar-se-ia nas três grandes bacias hidrográficas: do Amazonas, São Francisco e Prata, incluindo as bacias do Paraguai, Paraná e Uruguai e que o Dia Nacional do País seria dia 15 de junho de 2008, dia seguinte à abertura da Exposição, sendo esta uma oportunidade ímpar para a nossa participação. Maiores informações no site <http://expozaragoza.cnrh-srh.gov.br/> e <http://www.expozaragoza2008.es/> Em seguida, o **Conselheiro Márley Caetano SRHU/MMA** deu maiores detalhes sobre o ofício encaminhado pelo Comitê de Bacia do Rio Doce a respeito de importância e oportunidade, para melhor articulação na bacia de fazer coincidir os mandatos das diretorias dos Comitês da calha principal com os mandatos das diretorias dos comitês dos rios tributários e das prefeituras municipais. Foi dito que o Comitê do Rio Doce solicitou a oitiva do CNRH para referendar o encaminhamento proposto, assim a matéria foi levada para discussão no âmbito da CTIL e aquela Câmara manifestou que essa seria uma decisão do Comitê um ato autônomo, não cabendo ao CNRH opinar, mesmo assim a Secretária Executiva do CNRH houve por bem trazer este assunto à plenária, como informe. Dando sequência

833 aos informes, a **Conselheira Ninon Machado (ONGs)** iniciou esclarecendo que a proposta que iria  
834 formular já tinha o apoio da ANA, na pessoa do Dr. José Machado e do Departamento de Recursos  
835 Hídricos da SRHU, na pessoa do Dr. João Bosco Senra. Inicialmente lembrou que 2008 será o Ano  
836 Internacional do Saneamento. Porém a proposta que está apresentando visava a implementação da  
837 macro diretriz do Plano Nacional de Recursos Hídricos e que também seria no âmbito da Década  
838 Brasileira da Água. Aprovada a proposta, caberia à CTEM contribuir sugerindo alguns tópicos para  
839 o Programa, mas que esta proposta deveria ter ação voluntária, em todo o País, de atores relevantes,  
840 preferencialmente no âmbito do SINGREH, exemplificando temas como: gênero, equidade e água;  
841 gênero e saneamento; gênero, desenvolvimento real e água; gênero, desenvolvimento urbano e  
842 água; gênero e geração hidrelétrica; gênero, água e clima; educação, gênero e água; gênero e uso  
843 racional da água; gênero, tecnologia e conhecimentos tradicionais, entre outros, que dizem respeito  
844 à importância do papel do ser humano na gestão dos recursos hídricos e não estão identificados  
845 adequadamente na gestão das águas. Ainda observou que a proposta teria apoios institucionais já  
846 referidos. Pediu então que o Plenário apoiasse essa proposta e encaminhasse à CTEM para que esta  
847 CTEM sugerisse a programação, mas que o ponto é ter ações voluntárias programando atividades  
848 do Ano Gênero e Água. O **Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)** agradeceu à Conselheira,  
849 comprometendo ser um parceiro na consolidação daquela proposta. Em seguida, passou a palavra  
850 ao **Conselheiro Júlio Rocha (CERH/BA)** que registrou, a criação, em outubro de 2007, na cidade  
851 de Foz do Iguaçu, durante Fórum dos Comitês, o Fórum Nacional dos Órgãos Gestores e que  
852 entregava naquele momento a Deliberação nº 01 de 27/11/2007, com o seu regulamento interno.  
853 Mencionou que aquele ato era a consolidação de um movimento de fortalecimento dos órgãos  
854 estaduais das águas. O **Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)** agradeceu ao conselheiro e  
855 parabenizou-o pela iniciativa. Em seguida, passou a palavra para à **Conselheira Ana Virgínia**  
856 **Muniz Machado (OTEP)** que noticiou a importância do Ano Internacional de Saneamento, a ser  
857 comemorado em 2008, concordando e apoiando a Conselheira Ninon Machado. Informou que a  
858 ABES e a Associação Portuguesa de Saneamento Básico estariam organizando nos dias 10 a  
859 14/03/2008 um seminário na cidade de Belém, para o qual gostaria de contar com a participação dos  
860 conselheiros do CNRH. Agradecendo à Conselheira, o Secretário Executivo do CNRH passou a  
861 palavra ao **Conselheiro Manoel Imbiriba Junior (CERH/PA)** que noticiou que, na semana  
862 anterior, havia encerrado na cidade do Rio de Janeiro, o Fórum Estadual dos Órgãos Gestores de  
863 Meteorologia coordenado pela Sra. Darli H. da Silva. Naquela oportunidade, teria sido definida a  
864 criação também de um fórum dos órgãos que atuam em meteorologia, semelhante àquele criado  
865 para os Órgãos Gestores de Recursos Hídricos. A importância deste fato estaria relacionada  
866 inclusive com a possibilidade de se discutir também no âmbito deste fórum a questão das mudanças  
867 climáticas e os recursos hídricos. Finalmente, informou que, possivelmente em fevereiro de 2008,  
868 deveria acontecer o primeiro encontro do fórum dos órgãos gestores a ser realizado também em  
869 Belém/PA. O **Conselheiro João Climaco (ONGs)** relembrou a gravidade do momento que estaria  
870 vivendo a sociedade e os movimentos sociais do Estado da Bahia, devido as atitudes desencadeadas  
871 pelo Bispo Dom Luiz Caprio. Disse que o CNRH, naquele momento estaria dando “um tiro no pé”,  
872 quando colocava questões regimentais acima de uma questão relacionada à vida ou morte de um ser  
873 humano. Afirmou ter sua consciência tranqüila por ter tentado fazer com que o CNRH se  
874 pronunciasse sobre o assunto, mas ainda tinha a esperança que tudo terminasse bem. Registrou que  
875 o encaminhamento dado ao pleito pelo Secretário Executivo, não foi condizente com a  
876 responsabilidade que o CNRH teria com respeito ao assunto. Também informou que o FONASC foi  
877 selecionado em chamada pública do CONFEA para a implementação de programa de capacitação  
878 em recursos hídricos na Bacia do Rio São Francisco e o FONASC estaria também ocupando vaga  
879 em dois comitês de bacia: o do Alto Paranaíba e o do Rio Dourado em Minas Gerais. Lembrou que  
880 em muitos casos, várias seriam as sugestões de encaminhamento dadas por ele e por outros que  
881 poderiam, simplesmente, com a leitura das atas, serem transformados em ótimos temas para  
882 discussão no âmbito do CNRH. Pediu mais uma vez que seu ofício, protocolado FONASC.CBH nº  
883 0712/07 de 10/12/2007, fosse de fato encaminhado à CTPNRH e que seus pleitos e sugestões  
884 viessem a ser acatados. Parabenizou pela eficiência dos gestores junto às bacias dos rios Piracicaba

885 Capivari e Jundiá e considerou o trabalho sendo realizado como exemplar. Finalizando, pediu que  
886 o relatório do GTAAC/CTCOB, enviado a todos, fosse colocado para análise e discussão na  
887 próxima reunião do CNRH e informou que, posteriormente, iria enviar um relato sobre problemas  
888 que estariam existindo na bacia do rio Potengi no Rio Grande do Norte. O Conselheiro ainda  
889 justificou sua conduta como responsável e comprometida com a seriedade e as demandas da  
890 Sociedade Brasileira, e portanto parafraseou o poema do poeta Fred Maia do Piauí, tão  
891 comprometido com as águas cujo texto encaminhou a mesa e solicitou a transcrição em ata, como a  
892 seguir. “ Se vcs acreditassem na minha brincadeira de dizer verdades ouvirão verdades que teimo  
893 em dizer brincando, eu posso ser entendido como palhaço mas nunca desacredito da platéia que  
894 sorri, pois no dia que eu desacreditar totalmente dessa platéia, trarei meus companheiros para ela”.  
895 Agradecendo pelos informes apresentados, o **Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)**  
896 prosseguiu a reunião, encaminhando para o seu encerramento, dizendo que a sua postura na  
897 condução sempre seria de respeito, procurando estimular a participação com entusiasmo, muitas  
898 vezes com brincadeiras, sem nenhuma intenção de ser irônico. Entendeu que sua forma de agir seria  
899 como uma missão, procurando agir, dentro das características pessoais que ele possuía. Disse que  
900 do ponto de vista do mérito das colocações feitas pelos conselheiros, as mesmas seriam analisadas  
901 pelos setores competentes do CNRH e que estes debruçariam sobre elas para os encaminhamentos  
902 cabíveis. Solicitou que da mesma forma que respeita as pessoas, gostaria de ser respeitado com o  
903 seu perfil, características e forma de condução. Ressaltou seu prazer e aprendizado, desde junho do  
904 ano 2007, em dirigir o CNRH. Aproveitou para registrar que, em 2008, o CNRH completaria 10  
905 anos de sua instalação, data esta que não poderia ser esquecida diante do papel deste Conselho junto  
906 à evolução da Política Nacional de Recursos Hídricos do Brasil. Reconheceu que o CNRH teria  
907 ainda espaço restrito na mídia e que isso precisaria ser melhorado. Agradeceu o empenho de todos  
908 os conselheiros durante o ano e desejou boas festas e aprendizado no que tange o trabalho coletivo a  
909 partir de diferentes posicionamentos expressos nesse espaço democrático - CNRH, distanciando  
910 assim as opiniões individuais, o que consolidaria a gestão dos recursos hídricos no Brasil.  
911 **Encerramento.** Assim, às 18h30, o **Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)** declarou  
912 encerrada a XXI Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e disse que,  
913 uma vez aprovada pelo Plenário do CNRH, a presente ata seria assinada por ele Secretário  
914 Executivo do CNRH e pela Ministra Marina Silva, Presidente do CNRH.

915  
916 Ata aprovada na Reunião----- do CNRH, realizada em-----

917  
918  
919 Marina Silva  
920 Presidente

Eustáquio Luciano Zica  
Secretário Executivo